



JUSTIFICATIVA DE DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

1. INTRODUÇÃO

O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com vários documentos, dentre os quais, a **fundamentação legal para abertura de processo de contratação direta**.

Na Lei Federal 14.133/2021, o artigo 75 elenca os possíveis casos de Dispensa de licitação e o art. 74 os de inexigibilidade.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa no ramo pertinente para ministrar Oficinas de Percussão, com vistas a atender os projetos da Secretaria Municipal de Educação do município de Treze de Maio/SC.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente processo será realizado com base no disposto no **inciso. II, art. 75 da lei federal 14.133/2021** que estabelece:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”

Ressalta-se, ainda, o disposto no artigo 182 da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a atualização anual dos valores estabelecidos pela referida norma legal:

“Art. 182. O Poder Executivo Federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.”

3.1. Justificativa do enquadramento do objeto ao disposto acima:

Referente à atualização dos valores prevista no **Art. 182**, para o exercício atual, o valor corrigido para o **limite dispensável de licitação** citado acima passa a ser o montante de **R\$ 65.492,11**.

No entanto para chegar ao valor acima, não podemos apenas usar o valor desta contratação isoladamente e sim o somatório das despesas realizadas com objetos de mesma natureza, entendidos como tais, aqueles relativos a contratações n o **mesmo ramo de atividade**, pela **mesma unidade gestora** e **despendidos no exercício financeiro**.

A previsão deste item encontra-se no **Art. 75, § 1º, inc. I e II da Lei 14.133/2021**, regulamentado através do **Art. 53 do Decreto Municipal 120/2022**, que foi devidamente observada.

Neste sentido, esta secretaria realizou levantamento até esta data e constatou que **não existem** outras despesas que juntas ultrapassem o valor do limite dispensável de licitação.

Sendo assim, o valor a ser despendido nesta contratação encontra-se no limite permitido por lei, justificando a contratação através de dispensa de licitação.

Treze de Maio/SC, 23 de fevereiro de 2026.

Marta Borges de Fávori Burato
Secretária Municipal de Educação